



Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 37 14/06/2013

Semiárido Nordestino

Segundo dados oficiais do Ministério da Integração, o Semiárido brasileiro (Fig. 1) abrange uma área de 969.589,4 km² e compreende 1.133 municípios de nove estados do Brasil, onde, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vivem cerca de 22 milhões de pessoas, que representam 11,8% da população brasileira.

Fig. 1

SEMIÁRIDO



A média pluviométrica oscila entre 200 mm a 800 mm anuais, dependendo da região. As chuvas são irregulares no tempo e no espaço e os índices de evaporação são muito elevados. O Semiárido não é uniformemente seco nas grandes estiagens, havendo áreas esparsas que conservam níveis de umidade e condições de sobrevivência humana e animal.

As chuvas normais no Semiárido ocorrem entre os meses de fevereiro a maio, mas em 2012 e 2013 a precipitação pluviométrica foi muito abaixo da média histórica e não insuficiente para a prática das atividades agropecuárias, ocorrendo assim desestruturação da economia do meio rural e comprometendo a recarga dos reservatórios que abastecem as comunidades urbanas. Entre fins de maio de 2013 e fevereiro ou março de 2014, as reservas d'água do Semiárido serão rebaixadas continuamente pelo consumo das atividades humanas e pela evaporação muito alta da região. É um teste muito severo e inédito em muitas décadas, cujo resultado a priori não se pode saber, mas com certeza aumentarão as dificuldades para o abastecimento das áreas urbanas.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Os levantamentos sistemáticos das safras têm mostrado perdas muito elevadas para a região, bem como diminuição dos rebanhos, de corte e leite, por morte ou venda por preços reduzidos para criadores de outras regiões, além do racionamento d'água para muitos municípios.

A estiagem atual tem gerado efeitos mais danosos do que as últimas secas, de ciclo anual, e se compara às maiores já registradas no passado. As condições de sobrevivência nas propriedades rurais se tornaram tão difíceis que já se observa uma aceleração da onda migratória para as sedes dos municípios e para as capitais dos estados nordestinos, com características por vezes de despovoamento rural.

As autoridades dos municípios e das capitais se veem pressionadas a oferecer condições para receber os migrantes e lançam conjuntos habitacionais populares, reforçam os sistemas de saúde, ensino normal e técnico e segurança, entre outras medidas. As cidades crescem e o campo despoeva. No meio rural ficam o abandono, a perda patrimonial e a dívida junto aos bancos onde os agricultores tomaram créditos.

O estágio atual da economia nordestina, em expansão, permite às cidades, após cursos em escolas técnicas, absorverem esse contingente de mão de obra, que se emprega como operários da construção civil, empresas de vigilância, hotelaria restaurantes e bares, comércio, oficinas mecânicas em geral, entre outras ocupações.

Nas grandes secas dos séculos passados essas migrações se fizeram em meio a grandes tragédias, perturbações sociais, com tumultos, saques e invasões, o que levou os governos da época a tomarem medidas de força para conter as multidões, como mantê-las em acampamentos cercados e com circulação restrita. As cenas de morte de rebanhos divulgadas pela mídia na seca atual, que tanto chocam, ocorreram idênticas com populações humanas na seca de 1877 e foram descritas com extrema crueza por cronistas da época, fato que comoveu a opinião pública nacional que se dispôs a enviar navios carregados com alimentos para socorrer os flagelados e que não chegavam ao interior do Semiárido por problemas logísticos. Não havia estradas de ferro, e o Semiárido, extremamente seco e hostil, era impenetrável para tropas de animais de carga.

Àquela época, o Imperador incentivou uma quantidade elevada desses migrantes para trabalharem na extração da borracha na Amazônia. Havia despovoamento populacional do Semiárido, ficando sempre núcleos familiares a partir dos quais se refazia o povoamento. Além dos riscos climáticos, era comum no Semiárido do século XIX perturbações da ordem pública, como conflitos de famílias que persistam por décadas, com muitas perdas humanas, o messianismo religioso exacerbado atraía multidões e bandos armados que bloqueavam estradas saqueavam fazendas, ameaçavam autoridades, afrontavam o estafo de direito, criando insegurança jurídica.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Na atual estiagem ainda não há um levantamento detalhado de seus efeitos, o que somente deverá ocorrer quando as chuvas voltarem à normalidade, quando então se terá em mãos elementos para avaliar a dimensão dos danos, eficácia das políticas públicas que estão sendo adotadas e, caso necessário, se fizerem as correções de rumo.

Entre as ações realizadas pelos governos federal e estaduais destacam-se a transferência de renda, na forma de programas sociais para atender milhões de pessoas necessitadas, a distribuição d'água por carros pipa para abastecimento urbano, o racionamento e suprimento d'água para perímetros irrigados, a oferta de milho para alimentação animal a preços subsidiados e o reforço das linhas de crédito agropecuário. Medidas estruturantes, tais como o fortalecimento da infraestrutura hídrica da região, mediante a transposição de rios, construção de canais, adutoras, também vêm sendo adotadas, embora requeiram um tempo maior para apresentar resultados.

O destino do Semiárido após o retorno das chuvas normais.

Após dois anos de seca pode-se medir a atuação do Estado mais pelas ações de assistência a um contingente populacional de milhões de pessoas do que pelo efetivo apoio à recuperação das atividades econômicas da agricultura e pecuária, que só poderá ter início após o fim da estiagem. Essa atuação tem possibilitado a população enfrentar essa situação em relativa ordem e sem os graves problemas sociais havidos nas grandes secas do passado. Estão sendo evitados os fatos assombrosos que tanto comoveram o país na seca de 1877, pois o que se vê na mídia com a morte de animais não atinge os seres humanos como no passado. A economia regional tem apresentado um mercado de trabalho capaz de acomodar o contingente populacional resultante do despovoamento do meio rural, não se verificando, assim, as grandes migrações para as demais regiões do País.

O que ainda está por vir, terminados os meses tradicionais de chuvas, são mais oito meses de estiagem até o início de 2014, ano que se iniciará com os reservatórios e açudes com níveis extremamente baixos, muitos provavelmente já em colapso, agravado por índices de evaporação elevados. Para o segundo semestre de 2013 e primeiros meses de 2014, prevê-se um período de extrema dificuldade para o abastecimento d'água para as comunidades rurais e centenas de municípios do Semiárido. As companhias públicas de abastecimento terão que administrar as reservas de recursos hídricos existentes para durarem até fevereiro ou março de 2014. As obras de infraestrutura hídricas que estão sendo construídas são de prazo médio e longo e mesmo que concluídas antes do início de 2014 não haverá chuvas para sua utilização.

A situação no Semiárido levanta discussões na sociedade sobre o futuro agrícola da região. A agricultura e a pecuária, nos moldes como vinham sendo praticados, não parecem adequados àquela região pelo risco climático que apresentam e porque não conseguem concorrer com as demais regiões do país. Muitos produtores estão endividados e deslocados de suas



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

propriedades, com elevada perda patrimonial. Além do quê, os mercados foram ocupados por produção de regiões vizinhas. Há ainda sinais de perdas ambientais na fauna e flora silvestres.

Os impactos efetivos da seca prolongada sobre a economia do Semiárido ainda não puderam ser totalmente estimados, necessitando-se assim de um levantamento detalhado dos efeitos da estiagem antes de se iniciarem os estudos com elementos confiáveis para se saber que rumos tomar. Informações como despovoamento e abandono de propriedade, entre outras, são essenciais para se avaliar a consistência das políticas públicas que vêm sendo adotadas.

A restauração da economia agrícola e pecuária do Semiárido pressupõe a convivência com risco climático, que é permanente, mas que pode ser possível por meio de grandes obras de infraestrutura hídrica que possibilitem a existência dos perímetros irrigados e com a prática de níveis de tecnologia que permita concorrer e ser competitiva com as demais regiões do país que muito avançaram nos últimos anos. Como chegar a esse consenso está ainda por ser definido em vista da existência de correntes de pensamento divergentes que dificultam a unidade de conduta dos governos, atrasando as ações e desperdiçando recursos financeiros.

Na estiagem atual, o Semiárido Nordeste passa por três fases distintas, A primeira corresponde ao período de 2012 e 2013 em que não choveu o suficiente para as atividades agropecuárias no meio rural, nem tampouco para acumular água suficiente nos reservatórios que abastecem as comunidades urbanas. Foi um período dos mais longos da história das secas na região, mas que graças às ações dos governos federal e estaduais e a fase de expansão da economia nordestina não ocorreram as tragédias do passado.

Na segunda fase, que inicia em junho corrente e se prolonga até as chuvas esperadas para os meses de fevereiro ou março de 2014, os dirigentes das companhias públicas de abastecimento d'água passarão a administrar a escassez do produto, com obras complementares, racionamento e distribuição por carros pipa. Pelo histórico das secas, há sempre a hipótese de seu prolongamento por mais um ano.

Na terceira fase, no fim da estiagem, os governos federal e estaduais, de posse de dados primários obtidos em levantamento sistemático e detalhado, farão estudos e avaliação das políticas públicas adotadas e decidirão por novos rumos deverão seguir.